CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Delegado Palumbo MDB/SP

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI N. 3283/2021

Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para equiparar a atos terroristas as condutas específicas praticadas em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado e para dispor sobre os crimes de associação para o tráfico de drogas e constituição de milícia privada.

Autor: Senador Styvenson Valentim PODEMOS/RN

Relator: Dep. Delegado Palumbo - MDB/SP

I - RELATÓRIO.

O Projeto de Lei nº 3.283 de 2021, de autoria do Senador Styvenson Valentin (PODEMOS/RN), pretende alterar os artigos da Lei nº 13.260/2016, da Lei nº 11.343/2006 e do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), com o intuito de equiparar a atos terroristas as condutas específicas praticadas em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado e para dispor sobre os crimes de associação para o tráfico de drogas e constituição de milícia privada.

A proposição está sujeita à apreciação com prioridade de acordo com o art. 151, II, do RICD.

A matéria em análise é pertinente à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) nos termos do art. 32, inciso XVI, alíneas "d", "g"e "h", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental não foram apresentadas Emendas ao Projeto de Lei.

Cabe-nos, agora, por designação da Presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a elaboração do respectivo parecer, onde nos manifestaremos acerca do mérito educacional da proposta.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Delegado Palumbo MDB/SP

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei visa fazer modificações importantes na lei que disciplina o terrorismo, equiparando determinadas condutas a atos terroristas, se tiverem a finalidade de provocar terror social ou generalizado, em nome ou a favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado.

Já a alteração no Código Penal, refere-se o aumento de pena e a aplicação de multa pecuniária para o crime previsto no artigo 288-A, que trata sobre a constituição de milícia privada.

Por fim, na lei que trata sobre as drogas, a alteração seria no artigo 35, que tipifica a associação de pessoas com o intuito de praticar os crimes de tráfico de drogas.

Desta forma, cumprimentamos o Autor deste Projeto pela sua iniciativa legislativa, com relação aos atos terroristas e associação para o tráfico de drogas, e passamos a análise do mérito da proposição apresentada.

Considerando a necessidade constitucional do dever de segurança com os cidadãos de bem, a presente propositura é de extrema importância para-combater as associações criminosas de narcoterroristas, que causam diversos problemas para a população do nosso País.

Além disso, entendemos que toda modificação que venha para enrijecer as penas dos crimes são de extrema importância, tendo em vista que a impunidade é uma das principais causas da prática de condutas criminosas.

Sendo assim, quanto mais propostas tivermos para combater as organizações criminosas ligadas aos tráficos de drogas, mais eficaz se tornará a luta contra a criminalidade que atenta contra a vida de milhares de brasileiros.

Portanto, somos pela **APROVAÇÃO** do PL nº 3283/2021.

Sala da Comissão, em de 2023.

DELEGADO PALUMBO Deputado Federal

